

## **O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NA BOLÍVIA EM 1953.** Heloisa Marques Gimenez, Raquel Santos Sant’Ana. – Inter-áreas - Relações Internacionais - Departamento de Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Campus de Franca.

Este trabalho aborda a Reforma Agrária ocorrida na Bolívia no ano de 1953, assim como o contexto político que a caracterizou. Em meados do século XX, num cenário composto pela Guerra Fria, acontecia a expansão geográfica do socialismo e a formação dos monopólios capitalistas, o que configurava o início do processo de mundialização do capital no qual vivemos atualmente. Neste momento observa-se a importância hegemônica dos Estados Unidos para a definição de uma nova ordem mundial, empenhada na busca pela inclusão do maior número de nações do globo em tal lógica.

É a partir de então que se criam organismos supranacionais com o encargo de reguladores das relações internacionais; segue-se, à criação da ONU, a formação da FAO e da CEPAL, que pensariam a questão da fome e dos países subdesenvolvidos da América Latina, respectivamente. A Reforma Agrária na Bolívia surge inserida em tal lógica. O desenvolvimentismo almejado pelos países periféricos pressupunha uma reforma agrária de mercado que suplantasse o modelo unicamente agroexportador adotado até então e alcançasse o abastecimento do mercado interno e a conseqüente autonomização da economia dos países.

Por outro lado, na Bolívia coexistia a emergência de movimentos populares que reivindicavam a transformação das relações de opressão entre Estado, capital e população. A massa camponesa organizada foi de fundamental importância para a realização da Reforma Agrária. Constatadas estas duas demandas, analisa-se nesta etapa do trabalho o processo de implantação da Reforma Agrária boliviana em 1953 e seus desdobramentos.

Para se pensar a questão agrária na Bolívia é preciso considerar dois aspectos fundamentais de sua constituição: o do homem e o da terra, ou seja, o do índio e o da terra. É preciso considerar esse homem índio, que aceitou ser assim chamado por seu colonizador europeu, e que, desde a chegada deste, teve reduzida, quando não tirada, sua qualidade de ser humano. A luta pela terra nunca cessou, seja na guerra de independência contra os espanhóis, tendo estado ao lado dos *criollos*, nas insurreições populares que culminaram na Reforma Agrária de 1953 ou mesmo atualmente, através do governo de Evo Morales.

No século XIX o país chegou a contar com certa prosperidade do âmbito agrícola, tendo atingido a condição de autoabastecimento. Com o desenvolvimento da mineração e a conseqüente integração do território com algumas ferrovias a atividade ficou para segundo plano; a política de importações de alimentos e a imposição dos baixos preços aos produtos nacionais tornaram o país dependente para que fossem abastecidas as regiões mineiras e as cidades, assim como de matérias primas para a sua indústria incipiente. Até 1948, apenas 5,8% da área cultivada havia sido mecanizada, o que não proporcionava condições de competitividade nos moldes pelos quais estavam sendo orientados. O Ministério da Agricultura era fraco, e contava com 1,09% do orçamento da nação para a realização de suas atribuições. Até 1946, o Banco Agrícola havia financiado a quantia de 2% de toda a produção agrícola, o que colocava ao menos metade do território do país como desintegrado de sua vida econômica.

Do final do século XIX até a realização da Reforma Agrária na Bolívia, em 1953, a estrutura fundiária do país se caracterizava basicamente por três “sistemas”: a chamada *hacienda*, as comunidades indígenas originárias e a produção parcelária (NETO, 2005, pp.87-94). Tais formas dividiam espaço num processo de crescente ampliação do sistema de grande propriedade e também pela diferenciação social do campesinato no que se refere à organização produtiva. Desde o início do século XX, a estrutura social e econômica do país pautava-se na mineração, na economia da borracha e na exploração de hidrocarbonetos. A primeira consistia primordialmente da extração do estanho, na região oeste; a segunda, ao norte, e a terceira, no sudeste. É importante ressaltar a ligação entre as atividades agrícola e mineradora, já que esta, em sua posição de destaque, constituiu, espacial e economicamente, uma economia de mercado e influenciou na disposição do meio rural devido às imigrações de mão de obra oriundas do campo, tanto de áreas agrícolas quanto de comunidades indígenas.

Essa conjuntura fazia com que a Reforma Agrária fosse considerada como indispensável por diversos setores da opinião pública boliviana, constando nos programas da totalidade dos partidos políticos, do Partido Liberal ao Partido Comunista. Foi decretada, então, pelo presidente da república, em 2 de agosto de 1953, uma Reforma Agrária que atingiria dois milhões e meio de seres humanos; esses números faziam com que o governo exaltasse o potencial transformador da medida como muito superior em relação à nacionalização das minas no ano anterior, as quais haviam passado a funcionar através de cooperativas nas mãos dos trabalhadores mineiros. As comemorações foram intensas.

O decreto da Reforma Agrária continha 175 artigos e era embasado historicamente desde o período incaico ao colonial. Condenava os “*criollos* feudais”, dizendo que estes haviam desvirtuado na ocasião da independência do país em 1825, as aspirações político-econômicas daquela luta. Estabelecia-se também o fim do sistema de colonato e qualquer outra forma de prestação de serviços não remunerados ou compensatórios. Reconhecia-se, a partir de então, a organização sindical camponesa, colocando-a como protagonista para a realização efetiva da Reforma Agrária, juntamente com o *Servicio Nacional de la Reforma Agrária*, então criado para as concessões de títulos e demais providências necessárias.

O caráter desta reforma boliviana é analisado de maneiras distintas pelos diversos estudiosos. Pelo que parece, há consenso no debate quanto ao insucesso da Reforma Agrária, visto que ela está como pauta entre as principais medidas a serem tomadas pelo atual governo da Bolívia. A literatura que se atém na sua avaliação foi se transformando ao longo do tempo; inicialmente, pareceres mais categóricos quanto à validade da reforma, mesmo que oriundos de perspectivas políticas distintas. Numa avaliação mais a longo prazo, a revisão da Reforma Agrária de 1953 traz o aspecto negativo assim como considera avanços em alguns níveis, numa análise sob a ótica dos anseios e projetos populares. Tomaremos aqui o posicionamento dos movimentos sociais em relação à Reforma Agrária realizada na Bolívia em 1953, para as análises dos processos históricos e políticos do país desde então.

De um modo geral, a reforma implantada inverteu o quadro anterior referente aos mercados agrícolas funcionarem sob o domínio dos latifundiários; isso ocorria, pois, até então, a pequena propriedade era numericamente reduzida e insignificante do ponto de vista comercial. O que se verificou após o decreto foi que, na maior parte do campo, a agricultura passou a ser desenvolvida por pequenos agricultores de característica minifundiária, os quais produziam para seu sustento e para o mercado num regime de trabalho familiar, o que revela que não houve avanço no sentido de desenvolvimento de um maior assalariamento. Observou-se também que ocorreu a recuperação, por parte dos povos originários, de parcelas de seus antigos territórios, o que os levou a resgatar o tradicional sistema de pequena produtividade sob a gestão familiar, o que, em alguma escala, rivalizava em estrutura com o campesinato que buscava forças. De forma muito mais intensa do que anteriormente, este último passava a destinar parte de sua produção agrícola alimentícia ao mercado interno, para a população em geral.

A Reforma Agrária boliviana significou sim uma maior importância e intervenção dos movimentos sociais na estrutura do Estado, no entanto, os governos que se seguiram não chegaram a aplicar medidas e condutas radicalizadas no sentido de suas reivindicações; foi o início de um processo que não mais conseguiria esconder a injustiça e a condição do indígena originário do território da Bolívia.

### **Referências Bibliográficas**

- ARGANDOÑA, Manuel F. *La revolución nacional*. Editorial Los Amigos del Libro. La Paz, Cochabamba, 1974.
- GUTIÉRREZ, Alberto Ostria. *Un pueblo em la cruz: el drama de Bolívia*. Editorial del Pacífico S.A. Santiago de Chile, 1956.
- LORA, Guillermo. *La revolución boliviana*. Editora Difusión. La Paz, 1963.
- NETO, Canrobert Costa. *Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979): reforma ou revolução?* Editora Expressão Popular. São Paulo, 2005.
- MARTINS, Mônica Dias (org.). *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. Viramundo. São Paulo, 2004.